

parjap
portugal
2009



6º congresso ibero-americano
de parques e jardins públicos
póvoa de lanhoso



Laura Roldão Costa
Arq. Paisag. - Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro - Portugal

lauracosta.ap@sapo.pt

“OS PARQUES: NOVOS PARADIGMAS GERAM NOVOS DESENHOS”

Laura Roldão Costa

RESUMO

O aumento da população nas áreas urbanas, associado à característica pulverização do construído na paisagem contemporânea às quais se adicionam os problemas de readequação de usos do solo que se tornam obsoletos e as profundas transformações da economia neste início do século XXI obrigam a uma profunda reflexão sobre que modelos usar para o desenho e gestão do território e de que forma podemos inserir as visões sistémicas do funcionamento das paisagens no desenho do território urbanizado.

Por outro lado, o Homem de hoje procura por uma natureza que sente que perdeu quase irremediavelmente tendo maior consciência conservacionista sabendo da urgência da requalificação e recuperação das paisagens degradadas. *“In the opening years of the twenty-first century, that seemingly old-fashioned term landscape has curiously come back into vogue.”*¹

INTRODUÇÃO

O aumento global da população que vive em espaços urbanos não é só uma previsão estatística é já hoje uma realidade que se faz sentir no território, sendo necessário albergar esta população. Várias têm sido as teorias urbanas que ao longo dos últimos tempos têm tentado definir modelos de inserção do construído na paisagem, sendo uns de carácter mais teórico e outros baseados em exercícios práticos. De entre estes modelos podem-se encontrar os de carácter mais anti-urbano apostando em menos construção ou em construção melhor inserida nos sistemas da paisagem (ex: Landscape urbanism), e os de carácter mais conservacionista e construtivo (ex: histórico-patrimonial), podendo-se dizer que correspondem a políticas que valorizam o investimento na cidade central histórica por desejo de recentralização, contrariando o crescimento periférico.

No entanto, o que se verifica é a tendência para que a nova estrutura urbana vá ocupando o território de uma forma mais extensa e fragmentada (urban sprawl), correspondendo a novos problemas, estilos de vida, convicções ou falta delas e sempre a uma maior utilização de recursos. O resultado final é a obtenção de *“uma nova paisagem ainda não apropriada e à qual ainda nem sabemos como nomear. Uma paisagem à procura de identidade. Uma paisagem sem política de valorização dos recursos naturais na perspectiva da sustentabilidade”*²

No panorama actual e também face aos novos problemas económicos começam a aparecer formas de pensar e desenhar o espaço que obrigam à definição de outros conceitos e à discussão de novas estratégias de intervenção (novos paradigmas). Numa altura em que as áreas urbanas sofrem processos de reconfiguração por crescimento em mancha, reconversão de espaços obsoletos, abandono dos seus centros, compreende-se o aparecimento da revalorização da cidade como “lugar” simbólico. A reflexão sobre a forma de projectar a cidade em contextos culturais e em dinâmicas sociais distintas, pode abrir espaço para a definição de novos paradigmas urbanísticos que podem dar respostas mais integradoras nos diversos contextos em que se trabalha.³

É pensando desta forma e considerando que o desenho neste tipo de territórios só é possível se considerarmos que a sua abordagem deve ser:

- trans e interdisciplinar;
- tanto na escala do fragmento quanto na escala global;
- que o projecto/plano é apenas um passo do processo (definidor de estratégias prepositivas) e não o indutor e orientador do processo;
- que será possível definir modelos para espaços onde a descentralização das construções humanas é permanente ou para espaços onde a descentralização se fez de acordo com modelos económicos e tecnologias passadas e hoje se encontram em franca obsolência havendo a necessidade de inverter o processo de degradação e abandono ou de ocupação descontrolada sem se ter que cair fatidicamente (até porque os modelos económicos actuais não comportam e os ambientais não aceitam) no permanente avanço da urbanização.⁴
- que será possível reintroduzir espaços naturais/natureza nos espaços urbanos e que essa “natureza” será um elemento activo nos processos de reciclagem, recuperação (regeneração natural; biodepuração) ou conservação da paisagem;
- mais do que realizar um projecto ou um plano com regulamentos e normas rígidas estabelecidas trata-se de estabelecer elementos estratégicos definidos de acordo com as capacidades de cada território (físicos, sociais, económicos) e dos seus sistemas naturais e ecológicos, pelo que os projectos/planos são para ser implementados ao longo do tempo sendo permanentemente aferidos.

Ou seja modelos de abordagem baseados na união da paisagem com o urbanismo sendo possível fazer uma relação mais funcional e sistémica dos territórios de grande escala vendo as partes em relação ao todo (visão holística) mas, ao mesmo tempo, fazendo-se também a separação entre a paisagem e o urbanismo reconhecendo-se a especificidade de cada área, que será devidamente encaixada na matriz de trabalho.⁵

A ocupação que se sente em Portugal, e em quase todos os territórios com elevada densidade populacional e boas vias de comunicação, é o de uma ocupação dispersa onde se manifesta deficit de urbanidade e de espaço colectivo fundador de identidade. *“A realidade do crescimento das periferias metropolitanas tem sustentado um discurso sobre o “ocaso” da cidade, sobre o processo “esquizofrénico” da metrópole”*.⁶

A intervenção em áreas urbanas pouco consolidadas leva a considerar para além de todos os aspectos de carácter plástico, ecológico e funcional também aspectos de carácter identitário, pois os novos elementos e, em especial, os espaços públicos terão que ser geradores e partes integrantes da “nova cidade”. Ou seja, do que se tem vindo a expor considera-se que o espaço público pode e deve ser o elemento articulador do tecido urbano quer seja numa escala local, regional e/ou metropolitano, sendo o elemento de coesão, tanto física como simbólica com as áreas mais densas.⁷

O espaço público pode configurar-se em sistemas de recuperação, protecção e conservação e em espaços verdes de recreio pelo que tendo em consideração o trabalho que se pretende desenvolver para um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto se considerou fundamental avaliar que tipo anseios têm as populações que nesta área vivem e trabalham.

Segundo dados obtidos por inquérito no Relatório: Áreas Metropolitanas Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida ⁸ *“O bem-estar residencial” parece estar relacionado, acima de tudo, com a existência de campos cultivados, casas dispersas no campo, jardins privados/quintais, bem como zonas verdes e bairros de moradias. Em contraste, o grau de satisfação diminui à medida que se densifica a construção e o trânsito e, mais ainda, perante a degradação causada por barracas, lixeiras e fábricas – os elementos considerados mais repulsivos enquanto envolvente residencial”*. Pelo que se pode inferir a população considera-se satisfeita com o tipo de ocupação difusa pelo território.

No mesmo estudo perante a pergunta *“o que gostariam de ter em redor da sua casa?”* os resultados obtidos para a Área Metropolitana do Porto foram: 68% Jardins; 8,9% Campo, um valor semelhante foi obtido nos itens Mar e Praias e 7,9% para Equipamentos Desportivos. De certa forma poder-se-á dizer que se observa que os que habitam em espaços mais urbanos desejam uma natureza humanizada, mais construída pelo homem, representativa do imaginário e do paraíso, onde predominam itens como os jardins ou o contacto com a “natureza domesticada”, os quais traduzem um ambiente mais saudável representado pelo campo e que lhes é mais familiar dado o afastamento por vezes já de gerações que têm da “natureza selvagem”.

Projecto: “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos”

O projecto apresentado pela Câmara Municipal de Matosinhos no âmbito do processo de candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013) engloba uma intervenção de grande escala desenvolvida ao longo do Rio Leça e Ribeira de Picoutos, contribuindo para a Estratégia Metropolitana de Parques, tendo por principal objectivo a implementação do Parque Natural Local do Corredor Ecológico do Rio Leça de forma a contribuir para a preservação da estrutura ecológica envolvente ao Rio e dos espaços classificados e, em especial, as áreas de RAN e REN.

Complementarmente, pretende-se implementar um Sistema de Gestão e Informação Ambiental para os espaços classificados do concelho de Matosinhos sistema esse que vai permitir avaliar o envolvimento ambiental e ecológico com base em indicadores concretos de análise ecológica e ambiental do território. Esta informação será recebida, registada, trabalhada e divulgada através de um Sistema de Informação Geográfica e Geoportal, o que permitirá diversificar e democratizar a participação técnica, científica e pública, apoiada em dados técnicos fidedignos, actuais e cientificamente validados.

Trata-se de um projecto-piloto, mas, fundamentalmente, de um projecto estruturante para a tomada de decisão técnica e política e para a participação e inclusão dos agentes sociais e económicos na gestão territorial e ambiental.

Com os elementos obtidos podem-se definir métodos capazes de alterar os processos habituais de planear, gerir e projectar, uma vez que se vão reunir e produzir dados num curto espaço de tempo para uma matriz de indicadores de estado/qualidade ambiental que permitem o desenvolvimento de um sistema de informação e monitorização ambiental para o concelho de Matosinhos capaz de substanciar planos e projectos de valorização das áreas classificados, como sejam o reforço da protecção dos recursos naturais e funções ambientais, a elaboração de planos de gestão e implementação de projectos de promoção e dinamização destes territórios, etc.

A dimensão e complexidade do projecto tornam-no relevante na formulação de futuros modelos de gestão sustentável dos espaços classificados no território.

O projecto apresenta quatro componentes de desenvolvimento que se relacionam com:

- 1 - *“a coordenação e a comunicação do projecto; conjunto de acções referentes às iniciativas de articulação e integração dos agentes envolvidos e acções inerentes assim como, da condução das iniciativas do projecto e da difusão/adopção/implementação dos resultados (componente coordenação);*
- 2 - *a caracterização dos espaços classificados; caracterização do estado, da qualidade e monitorização das diversas componentes ambientais (componente imaterial/matriz ambiental);*
- 3 - *os sistemas de gestão dos espaços classificados; a implementação de sistemas de informação e gestão Ambiental implicam a instalação de estações automáticas de monitorização ambiental das componentes ambientais anteriormente definidas com os dados a serem organizados, tratados e editados num sistema de informação geográfica, com potencialidades de difusão no interior das equipas de trabalho e município, mas também na disponibilização para o exterior, em particular a partir de um geoportal (componente imaterial/matriz ambiental/temas transversais);*
- 4 - *as intervenções e a valorização dos espaços classificados; desenvolvimento e implementação de projectos de valorização e dinamização de espaços classificados nomeadamente sobre linhas de água e outros espaços com interesse produtivo, ambiental, pedagógico e de lazer. (componente material/projectos.)”*⁹

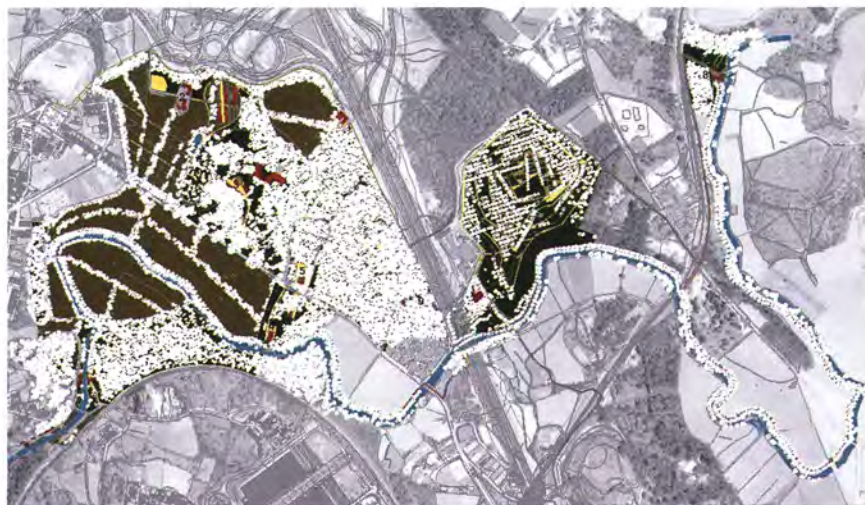
A estrutura definida neste projecto global interdisciplinar apresenta uma natureza experimental, quer ao nível dos processos analíticos, quer ao nível dos processos de execução e intervenção directa nos modelos definidos.

A matriz ambiental a definir será assente em temas específicos (água, ar, resíduos, paisagem, solos e biodiversidade), através da qual se monitorize; especificamente os projectos-piloto de intervenção (por análise *in situ* pontual ou contínua automática); genericamente em todos os espaços classificados (por extrapolação e modulação).

Uma das componentes materiais do projecto geral desenvolvido na candidatura: “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial dos espaços classificados do concelho de Matosinhos” é o **Plano Estratégico/Master Plan realizado pela UTAD (Centro de Estudos)** para uma área de intervenção cuja paisagem apresenta diversificados usos do solo englobando Aterros sanitários em recuperação, Pedreiras desactivadas, Auto-Estradas com respectivos nós e viadutos (obras de arte) recentemente

implantados, património edificado classificado, áreas florestais e rurais (activas e abandonadas), pequenos aglomerados urbanos, afloramentos rochosos e linhas de água. Alguns dos espaços naturais encontram-se classificados como RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional). Dada a vastidão da área a tratar e a diversidade de situações a contemplar para o espaço e sendo objectivo do trabalho o desenvolvimento de um conjunto de estratégias para o uso do solo, optou-se pela designação genérica de **Pólo de Stª Cruz do Bispo** para abranger toda a área e intervenções a realizar. Considerando os aspectos referidos ao longo do texto e sabendo-se que se está a actuar numa Área Metropolitana que se encontra em crescimento urbano e demográfico e após ponderação das características específicas do território e das populações, foram considerados como principais objectivos na abordagem ao espaço:

- Organização espacial no sentido de maximizar as áreas permeáveis revestidas com coberto vegetal e, sempre que possível, associar as áreas de recuperação aos ecossistemas naturais;
- Preservar os solos RAN e as áreas de máxima infiltração e zonas inundáveis, tal como áreas de escarpa ou de declives muito acentuados (REN);
- Manter os aglomerados urbanos contidos e individualizados;
- Manter as estruturas construídas associadas à prática da agricultura presente e do passado (moinhos, caminhos, muretes - Memória do Espaço) podendo as que estão desactivadas adquirir novas funções;
- Promover o recreio e o lazer atendendo a todas as classes etárias e estratos sociais e sempre que possível associar estas actividades a espaços públicos;
- Promover a prática de vários tipos de desportos nos espaços de uso público capazes de atraírem um elevado número de pessoas;
- Requalificar espaços florestais que se foram degradando ao longo dos tempos;
- Integrar novos elementos que sejam intrusões visuais (auto-estrada) na paisagem.
- Recuperar e integrar espaços degradados – pedreiras e aterros.
- Associar a requalificação dos espaços agrícolas, florestais, aterros, etc. à formação/educação ambiental e formação profissional das populações locais, municipais e da área metropolitana.



- Legenda:
Plano Estratégico de Stª Cruz do Bispo – Espaços de uso público.
 1 – Albergues e Núcleo do Desporto;
 2 – Núcleo da Quinta;
 3 – Equitação e Pastos;
 4 – Moinhos/Rio e Apoio à visitação;
 5 – Núcleo Patrimonial;
 6 – Núcleo das Matas/Biodiversidade;
 7 – Aterro/Parque Ciência;
 8 – Núcleo das Energias

Citando o 2º Relatório de Progresso desenvolvido pelo Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos ¹⁰ "A proposta de uma rede de parques metropolitanos é encarada como uma oportunidade de recriação da paisagem e de qualificação da mesma e que tem por objectivo contribuir para a promoção da AMP como um espaço de excelência quer sob o ponto de vista ambiental quer social e económico visando criar espaços para a sensibilização e celebração da paisagem, permitindo ao Homem ter contacto com o seu contexto natural e cultural, apreendendo a sua diferença e a sua identidade territorial".

Neste sector do corredor da Leça com uma área cerca de 200ha designado pelas razões já apontadas por Pólo de Stª Cruz do Bispo desenvolveu-se um Plano Estratégico orientado para uma lógica de preservação da Natureza, promoção da Biodiversidade e Recuperação das Áreas Degradadas tirando-se partido essencialmente das acções a desenvolver com a própria natureza/vegetação. Foram considerados também um amplo conjunto de potencialidades e recursos naturais e humanos que existem ou poderão ser criados no local de acordo com políticas ambientais, económicas e socialmente responsáveis, designadamente:

Paisagem, Natureza, e Ambiente

Dar continuidade ao desenvolvimento de uma política de concepção urbana sustentável, evitando maior dispersão urbana, com redução da impermeabilização dos solos e promoção da biodiversidade bem como da requalificação dos sistemas fundamentais do funcionamento da paisagem. Um ambiente degradado tem consequências significativas para a saúde dos cidadãos, nomeadamente nos meios urbanos. O ruído, o stress, a poluição do ar e da água estão na origem de inúmeras

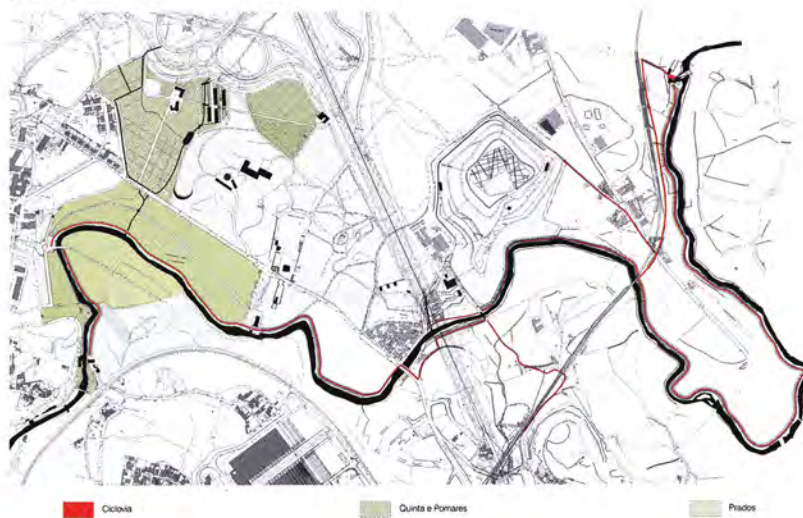
infecções e alergias, que convém combater eficazmente. É necessário compreender melhor as ameaças que pesam sobre o ambiente e a saúde humana e proporcionar um elevado nível de qualidade de vida.

Protecção do Solo

A degradação dos solos tem um impacto directo na qualidade da água e do ar, na biodiversidade e indirecto nas alterações climáticas, podendo ainda prejudicar a saúde dos cidadãos europeus e ameaçar a segurança dos alimentos para consumo humano e animal. Garantir uma utilização sustentável do solo com base nos seguintes princípios: prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções; reabilitar os solos degradados.

Garantir a prática activa da agricultura e da silvicultura de forma equilibrada sem uso de herbicidas e pesticidas tal como a promoção da agricultura biológica são aspectos a atender nas actividades a desenvolver no Pólo em espaços públicos e privados.

Ciclovia, Quinta, Pomares e Prados



Legenda:
Desenvolvimento do Núcleo da Quinta;
estando associado Hortas sociais,
Pomares, Horto municipal
e áreas de produção – Espaços
Agrícolas Públicos

Aumento da Biodiversidade

O Carvalho constituindo a associação fitoclimática do local desempenha um papel insubstituível na conservação da nossa fauna e flora sendo uma das razões pelas quais os povoamentos de Carvalhais estão incluídos na Directiva Habitats (Directiva 92/43/CEE) que visa essencialmente assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais. Infelizmente a acção do Homem no passado recente destruiu as matas resultantes de um equilíbrio que foi lentamente evoluindo da compatibilização da preservação dos recursos naturais com os interesses económicos das populações rurais levando ao desenvolvimento da floresta monoespecífica pouco adaptada aos territórios.

No Pólo de St^a Cruz do Bispo grande preocupação foi dada na aplicação de estratégias de reconversão das matas de Eucaliptos e Pinheiros, por vezes infestadas de Acácias em Carvalhais, numa perspectiva de regeneração progressiva e orientada, no sentido do aumento da biodiversidade e da compatibilização dos interesses da melhoria dos sistemas existentes com os aspectos de ordem estética e potencialidades em simultâneo do recreio da população.

A potencialização do aparecimento de um maior número de espécies florísticas advém do facto da necessidade de se ter também que melhorar a biodiversidade faunística, tal como de se ter que proteger os solos.

Aspectos Sociais

Os projectos assentam numa perspectiva de desenvolvimento sustentado que incluem a promoção de práticas de inclusão, destacando-se:

Criação de uma empresa de inserção social em articulação com o Ministério da Justiça, para a inclusão de reclusos em regime aberto, assegurando formação específica e qualificada;

Desenvolvimento de um programa de hortas sociais, para apoio a desempregados de longa duração;

Incorporação nas equipas de manutenção de cidadãos em reabilitação social e de cidadãos com deficiência;

Num outro nível de acção com as populações pretende-se envolver a população local, municipal e da área metropolitana nas acções a desenvolver no Pólo em diferentes níveis:

Lúdico/recreativo através do passeio, lazer, prática desportiva;

Participação nas várias actividades relacionadas com as ampliações, remodelações, programas anuais, etc.

Incentivo na manutenção das práticas agrícolas e silvícolas.

O Pólo destina-se às pessoas, por isso também deverão ser elas as dinamizadoras, no todo ou em parte, das actividades a desenvolver, tal como serem elementos activos nas novas intervenções que se venham a realizar na área. Também se encontra prevista a instalação de algumas habitações no interior do Pólo para funcionários no sentido de se criarem melhores soluções de vigilância e de relação com visitantes e afectividade com o espaço.

História e Património

Pretende-se desenvolver aspectos de carácter cultural pela divulgação da história do local, do património existente e da evolução da paisagem.

Tal como no ponto anterior as pessoas poderão ser os elementos dinamizadores no todo ou em parte das actividades ou de novas orientações para novas intervenções.

O Património classificado e não classificado será salvaguardado e recuperado.

Formação/Investigação

Nesta área são várias as actividades possíveis de desenvolver:

Acções de formação promovidas pela autarquia conjuntamente com universidades, escolas, cooperativas agrícolas, etc., capazes de levarem a um melhor nível de conhecimentos agricultores, silvicultores, produtores animais, etc., de forma a se preservarem melhor os recursos naturais, a se manterem actividades produtivas fundamentais para a economia local e a se preservar a qualidade visual e cultural da paisagem e do ambiente;

Ao nível científico através dos protocolos a desenvolver com as Universidades e/ou Centros de Investigação pois dada a variedade de situações e o número de dados recolhidos poder-se-á fazer vários tipos de laboratórios vivos em diferentes locais do Pólo.

Inserção no próprio Pólo de St^a Cruz de alguns dos elementos fornecedores de dados para o sistema de Informação e Gestão Ambiental (Estação Meteorológica, Estação de Monitorização Ambiental da Qualidade da Água a ser instalado no rio Leça).

Económica

O Pólo será constituído por áreas públicas e privadas havendo uma gestão mista;

Desenvolvimento de soluções conceptuais para os diferentes espaços cujos custos de gestão e manutenção são relativamente baixos e não obrigam à existência de mão-de-obra em número elevado;

Existência de espaços de produção para cidadãos sem recursos financeiros (ex.: desempregados de longa duração – Hortas Sociais);

Concessão de espaços de restauração cujo rendimento reverte para a manutenção do Pólo;

Concessão de espaços para actividades desportivas pagas cujo rendimento reverte para a manutenção do Pólo;

Aluguer de espaços de albergue a grupos e arrendamento de residências/apartamentos cujo rendimento reverte para a manutenção do Pólo.

Exploração dos temas

No que diz respeito à exploração e divulgação dos diversos temas pretende-se que estes possam chegar ao maior número possível de pessoas de forma atractiva pelo que:

A – devem ser pensados para uma população diversificada (Metropolitana) e de diferentes estratos sociais e etários;

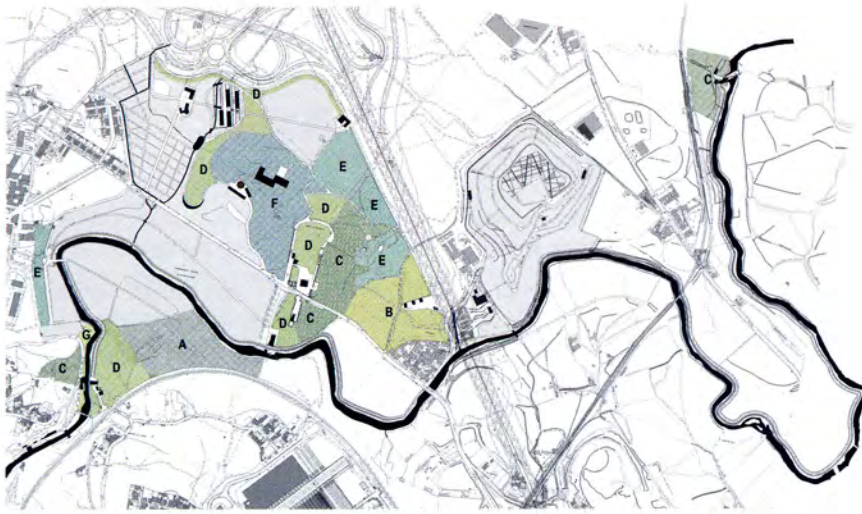
B – deve ser apresentada com um carácter científico porque tem que ser credível mas de forma pedagógica e lúdica para poder ser interessante e perceptível;

C – tem que estar disponível de forma permanente podendo no entanto ser uma exposição, oficina temática, consulta de informação, projectos educativos, percursos de orientação, saídas de campo, etc.

Design management (“Desenhar com a manutenção”)

Tão importante quanto as acções que são realizadas numa fase mais imediata a implementação do projecto são as que são realizadas ao longo do período de manutenção e gestão e as que são permanentemente feridas função dos dados obtidos pelo sistema de informação e monitorização ambiental, principalmente em espaços como margens de linhas de água, recuperação de espaços florestais degradados, pedreiras e aterros onde se aposta essencialmente em processos de regeneração natural.

O acompanhamento e monitorização destes locais onde se faz a avaliação dos diferentes estados de desenvolvimento da vegetação e o seu acompanhamento permite que se possam definir acções distintas em função dos dados obtidos, orientando e/ou acelerando o modelo de tipologia de espaço que se pretende obter (espaços mais ou menos densos, com maior ou menor número de espécies exóticas, mais ou menos vocacionados para o recreio das populações, de carácter mais ou menos conservacionista, etc.), funcionando também como laboratórios de paisagem dado haver pouca investigação em Portugal nesta área.



Legenda:
Plano Estratégico de Regeneração das Matas de acordo com diferentes tipologias função do actual revestimento, declives, exposições solares e objectivos de biodiversidade. As acções a desenvolver nas matas assentam essencialmente numa perspectiva de regeneração controlada

Os espaços naturais estão tão afastados do Homem urbano que se torna urgente introduzi-los de novo na sua proximidade oferecendo-lhe vivências, experiências, biodiversidade e bancos de genes. O Homem urbano contemporâneo começa a confundir Natureza com Jardim e Agricultura com Horta pedagógica e torna-se necessário voltar a repor a diversidade das paisagens.

Por outro lado, os processos naturais são os que respondem sempre da melhor forma a situações limite (solos contaminados, pendentes excessivas, etc.) sendo os mais económicos de implementar e de manter e, à medida que vão evoluindo, são muito gratificantes pela capacidade que têm em atrair as populações pela diversidade de situações que apresentam.¹¹

Alguns resultados

No âmbito da recuperação do Aterro Sanitário [1ª fase de intervenção] foram já realizadas algumas acções tendo-se procedido à selagem do aterro nas zonas possíveis, reconversão das áreas de tanques, implantação de acessibilidades em futuras áreas de lazer e educação/formação ambiental e limpeza de áreas críticas.

No que diz respeito à intervenção com vegetação desenvolveram-se três linhas de acção:

- uma intervenção "clássica" de plantação na área envolvente aos estacionamento e edifícios;
- hidrossementeiras nos taludes onde se procedeu à selagem do aterro. Considerando as inclinações dos taludes foi necessário proceder a sementeiras constituídas essencialmente à base de gramíneas, trevos e papoilas no sentido de se evitar a erosão superficial. Partiu-se do princípio que a restante vegetação apareceria por colonização. Apenas foram plantadas árvores pontualmente e na cota superior do aterro e algumas exóticas arbustivas e herbáceas como elementos de atracção de visitantes numa primeira fase.
- remoção de plantas invasoras do talude mais antigo (existiam áreas totalmente cobertas por *Ipomea sp.*) no sentido de permitir a continuidade do processo de regeneração. Neste talude o processo é lento e difícil dado se tratar de um aterro muito antigo onde não foi possível fazer a sua selagem, nem a deposição de terras, sendo as inclinações muito acentuadas e os taludes extensivos. Neste contexto tem-se a vegetação a crescer directamente sobre o lixo e lexiviados.



2007/8 – limpeza de taludes



2009 – processo de "regeneração controlada"



Legenda:
Imagens da evolução dos trabalhos no aterro de Matosinhos. Talude com vegetação a crescer sobre substratos contaminados. Utilização do espaço para recreio – ciclovia;

Um ano após a limpeza e a sementeira no sopé do talude verifica-se o aparecimento de um conjunto vasto de plantas (para além das espécies semeadas) e das que existiam das quais destacamos: *Digitalis pupurea* (Dedaleira), *Galactites tomentosa* (Cardo), *Foeniculum vulgare* (Funcho), *Chrysanthemum coronarium* (Malmequer), *Trifolium repens* (Trevo branco), *Rumex conglomeratus* (Labaça), *Lavatera arborea* (Malvaisco), *Arundo donax* (Cana), *Sambucus nigra* (Sabugueiro) e *Rubus* sp (Silvas). Verifica-se que os Pinheiros mansos, as Mimosas e os Choupous negros que ficaram no terreno após limpeza apresentam bom desenvolvimento. Grande parte das espécies indicadas correspondem a vegetação ruderal sendo indicadoras de uma primeira etapa de ocupação de um habitat profundamente artificializado pela acção humana.

Nesta fase a principal preocupação prende-se com o controle das Canas e das Silvas no sentido de não se tornarem invasoras de modo a permitir a evolução do sistema que se está a criar.

Conclusão

À medida que se estuda o território numa perspectiva global verifica-se ser necessário o aparecimento de uma nova cultura urbanística que preste atenção aos problemas do território capaz de rejeitar abordagens passadistas de delimitações de urbano/rural/industrial, de definições precisas de usos do solo (que a experiência demonstra que não se concretizam) e que permita o trabalho interdisciplinar entre os vários intervenientes no desenho do território e na interpretação do seu funcionamento.

A experiência demonstra que se torna necessário estabelecer novos conceitos, metodologias e estratégias de intervenção sendo o projecto que se aqui se apresenta uma experiência demonstrativa da vontade de se avançar também ao nível da prática profissional desenvolvendo-se um conjunto de acções e estratégias que inclusive equacionam os velhos padrões que ainda fazem parte de uma aceitação social generalizada, de uma cultura urbanística que se foi sedimentando ao longo dos tempos baseada em muitos planos e legislação, mas pouco nas realidades sociais e territoriais designado por Waldheim "de pesado aparato do desenho urbano tradicional"¹² que torna todo o processo lento, pouco flexível e excessivamente oneroso, pouco compaginável com os desafios a que temos que responder como técnicos e cidadãos.

BIBLIOGRAFIA e NOTAS

- [1] Corner, James – **Terra Fluxus**. The Landscape Urbanism Reader. Charles Waldheim Editor . New York. 2006. ISBN-13:978-1-56898-439-1:23
- [2] Andersen, Teresa – **Pela Identidade dos Lugares e da Paisagem**. Congresso 30 Anos APAP. A Paisagem da Democracia. Lisboa. APAP. 2006. ISBN 972-99467-1-X:24
- [3] Busquets, Joan e Correa, Felipe – **Cities Lines, a new lens for the urbanistic project**. Harvard University – Graduate School of Design. Nicolodi Editore. 2006. ISBN 88-8447-294-6
- [4] Busquets, Joan e Correa, Felipe – **Cities Lines, a new lens for the urbanistic project**. Harvard University – Graduate School of Design. Nicolodi Editore. 2006. ISBN 88-8447-294-6
- [5] Corner, James – **Terra Fluxus**. The Landscape Urbanism Reader. Charles Waldheim Editor . New York. 2006. ISBN-13:978-1-56898-439-1
- [6] Brandão, Pedro – **A cidade entre desenhos**. Profissões do desenho, ética e interdisciplinariedade. Lisboa. Livros Horizonte. 2006. ISBN 972-24-1466-6:136
- [7] BORJA, Jordi y MUXI, Zaida – **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona. Electra. 2003. ISBN 84-8156-343-9:15-131
- [8] Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Áreas Metropolitanas Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida. Relatório Final realizado por Susana Valente com orientação científica de Luísa Schmidt. Julho 2004 (os dados apresentados referem-se à Área Metropolitana do Porto)
- [9] Câmara Municipal de Matosinhos - Valorização e qualificação ambiental e territorial dos espaços classificados do concelho de Matosinhos "Processo de Candidatura ao QREN. 2009. (Trabalho/Projecto não publicado)
A componente imaterial do projecto/matriz ambiental envolve os temas: água, ar, ruído, solos, biodiversidade, paisagem, meio sócio-económico e resíduos; Os temas transversais ao projecto envolvem os meios tecnológicos, Plataforma SIG e gestão de conteúdos; A componente material do projecto consubstancia-se no desenvolvimento de vários projectos estando ligados à componente imaterial e que envolve os temas: conservação das paisagens ribeirinhas, conservação da paisagem agrícola e florestal, biorremediação e valorização das ribeiras costeiras.
- [10] Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), Universidade do Porto. 2008. Rede de Parques Metropolitanos da Grande Área Metropolitana do Porto. 2º Relatório de Progresso.:1.3
- [11] Gustavsson, Roland – De tú a tú com Roland Gustavsson. Paisajismo – Revista de Arquitectura del Paisaje, Espacios Exteriores Urbanos y Áreas Verdes. Barcelona. 2008. Nº 26. B -7442-2006:51
- [12] Waldheim, Charles – Landscape Urbanism: a genealogy. Praxis – Journal of Writing and Building. 2002. Nº 4:10-17